

## RELATORIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

### ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Relatório lido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na cerimônia da abertura dos trabalhos das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, realizados no dia 1.º de julho de 1939, na capital da República.*

Ilustrados Conselheiros,  
Exmas. Senhoras,  
Meus Senhores.

#### PREÂMBULO

Pela terceira vez um alto pensamento de construção nacional conclamou os mais graduados dirigentes dos nossos serviços geográficos e estatísticos para virem à capital da República, não apenas com uma investidura administrativa, mas portadores das mais expressivas credenciais políticas decorrentes do pacto inter-governamental de 11 de agosto de 1936, afim de examinar a situação geral daqueles serviços, verificar a eficiência das atividades do Instituto que os coordena em um grande sistema, tomar as contas desta magnífica instituição e fixar as diretrizes das novas campanhas brasileiras em prol do melhor conhecimento da nossa terra e da nossa gente.

E aqui vos encontráis, mandatários da União Federal ao lado dos delegados dos Governos Estaduais, também representantes dos Governos Municipais, para inaugurar solenemente os nossos trabalhos em sessão conjunta da 3.ª Assembléia dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

Neste empolgante ambiente em que as inteligências e os corações estão voltados para a imagem radiosa da grande Pátria brasileira, que vos conta entre os seus mais esforçados lidadores, já trocastes as saudações de estilo entre as ordens governamentais aqui solidarizadas, e, de ala para ala, entre as duas "bandeiras", que irmanadas à sombra do mesmo lábaro, procuram penetrar e revelar todos os planos e ângulos da vida nacional.

E', pois, chegado o momento de ouvirdes desta presidência, como preâmbulo indispensável aos labores que vão ocupar o vosso tempo e o vosso espírito, o resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, realizou a instituição admirável, de que sois os mais altos dirigentes, implantada e vigilantemente cuidada pelo patriotismo clarividente do estadista que, nesta hora difícil, dirige os destinos do País.

—o—

Senhores Delegados!

Nossas atividades, tanto no setor da geografia como no campo da estatística, decorreram, durante o ano a que se refere este relato, num confortador ambiente. De confiança e colaboração por parte da opinião pública. De apoio e prestígio, no que toca aos poderes oficiais.

Dêsse prestígio e dêsse apoio foram manifestações confortadoras as palavras amigas e confiantes dirigidas ao nosso Instituto, por ocasião do seu 3.º aniversário, pelo Chefe da Nação e pelos seus esclarecidos delegados à testa dos Governos regionais.

Também exprime decidido apoio dos elementos oficiais a constante cooperação que temos obtido de todos os Ministérios, cujos eminentes titulares já se tornaram credores da nossa maior gratidão. Revela igualmente o mesmo espírito de colaboração a atitude de simpatia e de boa vontade que teem invariavelmente mantido para conosco os dignos chefes de vários setores da administração pública. Dentre êles, seja-nos lícito destacar, num comovido preito cívico de veneração e gratidão, a figura ímpar de construtor do Brasil — o General Cândido Rondon.

Doutra parte, a colaboração e a confiança da opinião pública, também não nos teem faltado, mercê de Deus. Ai estão os resultados dos nossos inquéritos que dependem exclusivamente da boa vontade de grupos mais ou menos numerosos de cidadãos. Ai está a atitude, mais do que de simpatia, porque de firme e esclarecida cooperação, que devemos à Igreja Católica, atitude que bem se pode resumir na magnífica circular que S. Excia. o preclaro prebitero da Paraíba, D. Moisés Coelho, acaba de baixar ao seu clero e fiéis, merecendo palavras de solidariedade e aplauso das figuras mais representativas do Episcopado Brasileiro, à frente do qual esse vulto admirável de patriota, de apóstolo e de santo, que é S. Eminência o Cardeal D. Sebastião Leme.

E eis aí, ainda, meus senhores, o concurso desinteressado e multiforme vindo dos quatro cantos da Pátria, que nobilíssimamente — porque desinteressada e só visando o bem público — a generosa imprensa brasileira vem prestando à larga obra publicitária, informativa, vulgarizadora e de educação, que os serviços geográficos e estatísticos do país reclamam constantemente sob pena de ineficiência e de fracasso.

A todos os dirigentes, portanto, do Poder Público ou de organizações privadas, a todas essas forças sociais e políticas que souberam compreender e estão amparando a grande obra do Instituto, os nossos vibrantes agradecimentos, expressos menos em palavras do que no propósito inabalável de levarmos por diante, vitoriosamente, a grande missão de cultura, de progresso e de construção do Brasil, de que o nosso Instituto há de ser, graças ao vosso esforço, o mais fiel dos depositários.

—o—

Confortados por essa grata evocação e predispostos à compreensão por êsse ato de fé e de propósito, recarreguemos a largos traços o que fizemos no ciclo solar que nesta hora encerramos, colhendo na visão dêsse panorama a inspiração e as diretrizes para nova arrancada.

E comecemos pelos serviços do próximo recenseamento, seara onde as nossas sementeiras foram mais recentes e os trabalhos de cultura estão exigindo cuidados mais desvelados.

## II — OS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O recenseamento de 1940 é, sem dúvida, senhores delegados, a campanha de maior envergadura e de mais sérias responsabilidades, já atribuída ao aparelho estatístico-geográfico brasileiro.

Declarando nossa lei estatutária que os censos nacionais ficavam sob a responsabilidade do Instituto, as iniciativas preliminares tomadas a esse respeito constaram da Resolução n.º 50, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, a qual deu lugar ao decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, que regulou o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e deu outras providências.

Constituída a Comissão que deveria orientar o serviço censitário e a cuja frente, como seu presidente, a confiança do Chefe do Governo em boa hora colocou o eminente professor e cientista que é o dr. José Carneiro Filipe, iniciaram-se os respectivos trabalhos a 27 de maio de 1938, tendo como Secretário Geral o engenheiro e competente estatístico dr. Otávio Alexander de Moraes, auxiliado por uma escolhida equipe de técnicos. Mais tarde, porém, o decreto-lei n.º 796, de 19 de outubro, incorporara à Comissão, segundo o que ela mesma propôs, o Secretário do Conselho Nacional de Geografia, o Diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e três representantes, respectivamente, dos Ministérios Militares e das Relações Exteriores. Em virtude disso, ficaram compondo a Comissão os representantes ministeriais que constituem a Junta Central do Conselho Nacional de Estatística, o representante do Conselho Nacional de Geografia e mais três ilustres brasileiros, cujos nomes declino com o mais vivo aprêço: os senhores Elmano Cardim, figura que tanto honra o jornalismo brasileiro à frente do *Jornal do Comércio*, trazendo-nos a colaboração da imprensa; o Padre Leonel Franca, expoente do Clero Católico e elemento destacado do Conselho Nacional de Educação; e Lourival Fontes, brilhante publicista e diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural.

O orçamento geral do recenseamento, submetido à aprovação do Governo em 8 de junho de 1938, obteve aprovação e na sua conformidade já foi atribuída ao Instituto a verba anual correspondente a 1939.

De iniciativa da Comissão, pela sua Resolução n.º 11, de 27 de agosto, ficaram aprovadas as bases para a elaboração do decreto-lei regulando os Recenseamentos Gerais do Brasil. Esse ato legislativo veiu a ser o decreto-lei n.º 989, de 21 de dezembro de 1938.



Os dois órgãos do censo — o deliberativo e o executivo — já realizaram extensa obra de planificação dos instrumentos de coleta da operação de 1940, tomando ao mesmo tempo as medidas preliminares indispensáveis. Graças às providências adotadas, a tipografia do Instituto, cuja imediata organização ficara autorizada pelo decreto n.º 237, teve sua capacidade aumentada em termos de poder realizar facilmente os trabalhos gráficos do censo.

Todos os órgãos executivos do Instituto, auxiliados pelas verbas do Recenseamento, alargaram suas atividades, tendo em vista o desenvolvimento e a atuação dos trabalhos que devem servir de preparação ou complemento às indagações censitárias.

A campanha das coordenadas geográficas, sobretudo, com as investigações suplementares que realizará, é, conforme veréis mais adiante, uma iniciativa de fecundos resultados que o Instituto vai dever à acertada orientação dos trabalhos do Censo.

A par disso, porém, mediante entendimento com o Serviço Meteorológico, está a Comissão executando um plano para aproveitar o acervo precioso de dados em poder daquele Serviço e até agora sem possibilidade de apuração. Do que resultará a determinação de melhores normas da climatologia brasileira e um registro mais minucioso das características do ano climatérico de 1940.

Por outro lado, tendo a Comissão verificado que a campanha do levantamento do comércio inter-estadual deveria oferecer base insubstituível para o controle dos censos agrícola e industrial, entrou em entendimento com a Junta Central do Conselho de Estatística para o fim de tomar em mãos, como de fato tomou, a intensificação e a coordenação dos respectivos trabalhos.

Junta-se ainda ao ativo das realizações da Comissão Censitária Nacional a organização de dois largos inquéritos preparatórios do Censo, a serem realizados ainda este ano, — um sobre a vida econômica e outro sobre a situação social e cultural dos municípios brasileiros.

Registe-se, finalmente, que foi de iniciativa da Comissão o ato que instituiu o Serviço de Coordenação Geográfica, como órgão técnico para os trabalhos de cartografia geográfica de que o recenseamento carecer, providência esta cujo extraordinário alcance verificaremos em outro passo desta exposição.

## III — OS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

Passando ao exame das organizações permanentes do Instituto, começemos pelo campo de mais recente exploração.

Quer a expansão do sistema subordinado ao Conselho de Geografia, quer o desenvolvimento das suas atividades, ficaram nitidamente previstos e regulados nas Resoluções da nossa última Assembléa Geral.

E auspiciosamente já podemos verificar que, tanto pelo senso prático do programa traçado, quanto pela capacidade realizadora do sistema, é hoje uma grata realidade tudo quanto se incluiu em julho de 1938 no esquema dos nossos objetivos imediatos.



Ressalta, em primeiro lugar, a criação do órgão executivo central do Conselho, que tivesse a seu cargo os trabalhos de coordenação geográfica.

A Comissão Censitária Nacional, pela sua Resolução n.º 10, de 25 de agosto de 1938, manifestou o seu justificado interesse pela imediata criação do órgão que a Assembléa Geral do Conselho de Geografia, apoiada pelo Conselho de Estatística, havia preconizado em julho. E mercê da boa vontade com que o Governo tem recebido nossas sugestões, e especialmente pelo largo e compreensivo espírito de cooperação do dr. Fernando Costa, titular da Agricultura, já em 13 de outubro, pelo decreto-lei n.º 782, instituiu-se em forma provisória o Serviço de Coordenação Geográfica, articulado intimamente com o Serviço Nacional do Recenseamento, mas sob a dependência direta do Conselho de Geografia. O novel departamento, entretanto, vai rapidamente assumindo a eminente função que lhe deve competir, a título definitivo. O recente decreto-lei n.º 1.360, de 20 de junho findo, mudando-lhe o nome para melhor ajustá-lo à sistemática racionalizadora da estrutura do Instituto, transformou-o no Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, atribuindo-lhe o duplo destino de órgão executivo único do Conselho de Geografia

e de elemento do núcleo de "repartições centrais" em que se apóia o Conselho de Estatística, devendo caber-lhe como tal, ao encerrarem-se os trabalhos do Recenseamento, a representação do Ministério da Viação, como seu centro de coordenação estatística.

O Regulamento do Serviço foi baixado com a Resolução n.º 31, de fevereiro deste ano, do Diretório Central. E sua solene instalação teve lugar no dia 15 de março, ficando por agora investido de quádrupla função: Secretaria Geral do Conselho, repartição federal de estatística fisiográfica, departamento técnico da Comissão Censitária Nacional e Gabinete de cartografia estatística do Instituto.

—o—

Se voltarmos agora as vistas para a diretriz que traçastes relativamente à melhoria ou criação dos serviços geográficos regionais, não é menos animadora a perspectiva que se nos oferece.

As vossas sugestões encontraram éco nos patrióticos propósitos dos Governos Regionais, de cujos esclarecidos chefes, ainda neste passo, obteve o Instituto a melhor acolhida.

Ao instituir-se a segunda das alas do Instituto, o aparelho geográfico do país, não aludindo aos excelentes serviços dos ministérios militares, reduzia-se a três ou quatro órgãos regionais. A geografia em geral não oferece utilidades imediatas, de modo que os trabalhos de levantamentos territoriais, custosos por natureza, são sujeitos a protelações e por vezes a completo esquecimento. O pronunciamiento do Conselho agitou o problema, equacionando-o em face das nossas possibilidades. O Conselho agiu diligentemente, fez-se compreender pelos Governos Estaduais, e grandes passos já foram dados rumo aos objetivos que traçastes.

Não é pouco, senhores, o que já conseguimos. Os Estados de São Paulo e Minas ampliaram os departamentos geográficos que já possuíam, melhorando-os em instalação, organização e aparelhamento. A Baía dotou de melhores recursos o seu modesto Serviço Geográfico. Alguns Estados, como Santa Catarina e Maranhão, dispuseram-se a criar os respectivos órgãos geográficos, cujos estudos já estão sendo efetuados. Nas demais Unidades da Federação prevaleceu o alvitre da criação de uma simples secção de geografia, ora no Departamento de Estatística, ora em outra repartição técnica (diretoria de Terras e Colonização ou análoga), dando-se assim um primeiro passo para o aparelhamento geográfico regional. E o certo é que esses órgãos mais ou menos desenvolvidos, uns menos, outros mais aparelhados, já estão trabalhando, ou vão começar a trabalhar com denodo e eficiência, pois grande é a tarefa que a Nação espera dos seus esforços e não é pequena a responsabilidade que já lhes cabe para que venha a ter, como de mister, cabal execução, o programa nacional que o Governo da República traçou com o decreto-lei n.º 311, já correntemente e com felicidade denominado a "lei geográfica do Estado Novo".

—o—

O nosso Instituto, porém, meus senhores, não congrega somente as atividades oficiais senão que, também, as das instituições privadas que possam colaborar nos seus objetivos. Ora, sendo assim, da ala geográfica do nosso sistema não poderiam estar ausentes as associações culturais de mais destacada atuação em prol da ciência geográfica brasileira.

A integração, no Conselho, das magnas associações nacionais de cultura geográfica — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia e a Associação de Geógrafos Brasileiros — fôra por vós deliberada sob a mais feliz inspiração. E não tardou que, sob gratos auspícios, no próprio decurso dos trabalhos da Assembléa Geral que a deliberara, precisamente a 18 de julho de 1938, tivesse lugar a marcante e tão expressiva solenidade em que aqueles sodalícios se ligaram definitivamente à nossa grande família.

—o—

Passando a considerar, senhores, não mais a expansão, mas a atuação do nosso sistema, não menos promissores os fatos que podemos jubilosamente relembra.

O alvitre, lançado pelo Conselho Nacional de Estatística, com a vossa integral solidariedade, de uma lei orgânica nacional relativa à sistematização do parcelamento territorial do país, deu ao Brasil o admirável diploma a que há pouco me referi — a "lei geográfica do Estado Novo".

Essa lei, cuja execução ficou mais diretamente sob a vossa responsabilidade, já está cumprida nos seus objetivos essenciais.

Essa primeira fase foi u'a magnífica realização cívica e nacionalista, desenvolvida sob as vistas solícitas do vosso Conselho, com a colaboração esclarecida do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das associações regionais suas co-irmãs.

Fixado pela primeira vez, no país, um quadro territorial de caráter nacional e de feição orgânica, foi êle instalado solenemente em tôdas as cidades brasileiras, no mesmo dia e na mesma hora, em ambiente festivo e sob inédito ritual cívico, de impressionante imponência. No histórico 1.º de janeiro de 1939 alguma cousa de belo, de grandioso e de definitivo se inscreveu nos anais da Pátria Brasileira, significando indelevelmente, mais uma vez, os seus altos ideais de progresso, de ordem e de unidade nacional.

Mas, senhores delegados, a execução integral da lei n.º 311 requer ainda um trabalho ingente e iterativo que vos cabe orientar com o concurso dos governos estaduais e municipais, trabalho que é exatamente a parte fundamental dos vossos objetivos em relação à cartografia do território pátrio.

Esse trabalho está vigorosamente lançado, e já agora sob a responsabilidade técnica das administrações estaduais, devendo estar concluídos até o fim do corrente ano, como alguma cousa bem mais que simples esboços informativos, os mapas municipais brasileiros que serão a contribuição essencial, a um só tempo, para a execução do recenseamento de 1940 e para a revisão da Carta Geral do Brasil ao milionésimo.

Orientando esse esforço já tendes em atividade duas comissões técnicas que estão pondo em obra o alto valor científico de notáveis especialistas.

Uma delas é a Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, cujos membros foram designados oficialmente pelas autoridades competentes, os chefes de governos estaduais e ministros de que dependem. São êles: Prof. Alípio de Matos, catedrático de geodésia e astronomia de campo da Universidade do Brasil; cap. Cristóvão Falcão Castelo Branco, do Instituto Geográfico Militar; comte. Antônio Alves Câmara Junior, da Diretoria de Navegação da Armada; eng. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais; e eng. Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

A segunda das Comissões aludidas é a que ficou prevista na Resolução n.º 39 da vossa Assembléa Geral, para a orientação dos trabalhos de atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo. Foi constituída, sob aprovação expressa do Senhor Presidente da República, empossando-se a 18 de maio último. Compõe-na provetos profissionais: eng. Cristóvão Leite de Castro, diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (onde os trabalhos serão executados), — como presidente; eng. Euzébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico; prof. Alirio de Matos, como consultor técnico de cartografia do Instituto; eng. Gérson de Faria Alvim, presidente da Comissão Técnica de Cartografia do Conselho; major Adir Guimarães, chefe do Grupo Gráfico do Serviço Geográfico Militar.

A atuação dessas Comissões, porém, tem o Conselho procurado juntar a ação direta, nos Estados, de delegados seus. Para isso temos utilizado a competência e a dedicação de dois operosos técnicos, os engenheiros Pedro Grande e Oscar Carrascosa, cuja atuação, ora simplesmente coordenadora, ou estimuladora, ora diretamente realizadora, já foi de excelentes resultados na Baía, em Sergipe, no Rio Grande do Norte, no Piauí e no Maranhão.

Complementarmente aos trabalhos dos mapas municipais e ao labor dessas comissões e desses técnicos, foi deliberada e já está lançada, com o seu financiamento satisfatoriamente resolvido graças ao concurso do Conselho de Estatística e da Comissão Censitária Nacional, a campanha das coordenadas geográficas das sedes municipais, que se destina a ser um dos mais interessantes e úteis empreendimentos científicos do Instituto.

Mas como essa campanha carecia de operadores competentes e experimentados, cujo recrutamento não seria fácil, foi organizado um curso de especialização para os engenheiros que, por designação dos governos estaduais ou de *motu-próprio*, se candidatassem aos respectivos trabalhos de campo. Esse curso, sem dúvida uma valiosa iniciativa técnica e cultural, está sendo ministrado neste momento pelo prof. Alirio de Matos, que, como já disse, professa a cadeira a que se prende aquela matéria e dispõe, portanto, da autoridade científica necessária para a orientação desses nossos trabalhos.

Além disso, o vosso esforçado secretário geral, durante sua viagem de estudos à Europa, em setembro do ano passado, quando foi comissionado pelo Governo, sob proposta do vosso Diretório Central, para participar do 6.º Congresso Internacional de Fotogrametria de Roma, realizou estudos sobre os modernos métodos aerofotogramétricos, visando especialmente a sua aplicação nas campanhas geográficas do Instituto. E também examinou nessa viagem o problema da futura impressão da Carta do Brasil, com a preocupação de encontrar uma solução que permitisse executar-se tal trabalho no próprio país.



Apesar dos largos traços deste bosquejo, ainda não esgotamos a série das realizações do Conselho de Geografia.

Por sugestão, que aceitastes, da Comissão Censitária Nacional, resolvestes empreender, de par com a campanha dos mapas dos municípios e utilizando o concurso dos vossos Diretórios municipais, a elaboração não só do Dicionário Geográfico Toponímico Brasileiro, mas ainda de uma coletânea das efemérides brasileiras.

O Diretório Central planejou esses interessantes empreendimentos que já estão sendo executados pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

Quanto ao Dicionário, o plano estabeleceu uma pesquisa progressiva compreendendo três graus: 1.º o "Vocabulário Geográfico", limitado para cada verbete à consideração da espécie geográfica e localização municipal; 2.º o "Pequeno Dicionário Geográfico", apresentando os principais característicos dos acidentes e localidades; 3.º o "Grande Dicionário" em que cada verbete é estudado minuciosamente, sob a forma de verdadeira monografia, ilustrado por fotografias, desenhos e mapas.

No que concerne à Coletânea de Efemérides estabeleceu-se igualmente um plano progressivo em duas gamas de intensidade das pesquisas: 1.º a "Coletânea de Datas", onde apenas se faz o enunciado do acontecimento; 2.º a "Coletânea de Efemérides", em que o acontecimento é apreciado em suas características principais.



Para encerrar com chave de ouro, meus senhores, esta brevíssima resenha das atividades do Conselho de Geografia, desde a sua última reunião a esta data, deixei para o fim a referência à *Revista Brasileira de Geografia*.

Magazine trimestral, já a cargo do nosso *Serviço Gráfico*, saiu seu primeiro número, como previstes, em janeiro. Com a mesma pontualidade apareceu o segundo em abril, e está sendo impresso o n.º 3 de julho. Tem a responsabilidade da sua redação os conceituados cientistas, professores Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Silvio Fróis de Abreu e José Carlos Junqueira Schmidt.

Essa publicação oficial era de indiscutível necessidade e o seu aparecimento foi o mais oportuno possível. Bem redigida, de excelente aspecto material, otimamente ilustrada, com a sua matéria resumida em francês, espanhol, italiano, inglês, alemão e esperanto, sua distribuição foi feita largamente, no país e no estrangeiro, logrando a melhor acolhida. Comentários os mais animadores tem ela merecido da imprensa e são sem número as cartas que a encomiam ou pedem a sua remessa. Além disso, sua distribuição fora do país deu ensejo a um movimento de intercâmbio que está enriquecendo valiosamente a Biblioteca do Instituto.

#### IV — OS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

E' tempo, agora, senhores, de nos voltarmos para os nossos trabalhos nas oficinas da estatística.

O aparelho que o Instituto movimenta nesse setor já estava virtualmente integrado quando da vossa última reunião. Para que sua eficiência se normalizasse e em toda a sua estrutura prevalessem os princípios básicos da Convenção Nacional de Estatística, fazia-se sentir a necessidade de reajustamentos mais ou menos profundos, além de uma certa expansão ou readaptação em alguns órgãos atrofiados ou mal conformados, que estavam visivelmente aquém das suas responsabilidades técnicas e culturais.

O Governo do Estado de São Paulo deu-nos nesse sentido um eloquente exemplo de largueza de vistas e senso de conformidade com os compromissos assumidos, retocando de modo inteiramente satisfatório a recém-decretada reforma do seu órgão central de estatística.

Também o Rio Grande do Sul deliberou efetuar uma remodelação profunda do aparelho estatístico estadual, e levou avante o seu propósito confiando a planificação e a execução da reforma a um delegado do Instituto posto à disposição do Estado enquanto julgada indis-

pensável essa assistência mais direta. E a reforma não somente revigorou as atividades da antiga repartição de estatística, agência técnica de nobres tradições, como instituiu vários órgãos especializados que faltavam ao sistema estatístico regional, sobrelevando entre eles a Diretoria de Estatística Educacional, única no Brasil, ao lado do órgão congênere do Ministério da Educação, e cuja eficiência se está afirmando vitoriosamente aos cuidados de um esforçado companheiro, Ernesto Pelanda, que já exerceu com o melhor espírito de cooeração o mandato de representante do seu Estado em anteriores reuniões desta Assembléa Geral.

Mas a Baía, também, e Minas Gerais, e o Paraná, e o Espírito Santo, e Goiás, e Mato Grosso, e Sergipe, e o Ceará, e o Amazonas, para só citar as Unidades onde as reformas foram mais profundas e a expansão dos recursos oferecidos ao Instituto mais sensível, reorganizaram — ora todo o sistema, ora o seu órgão central, ou criaram órgãos especializados, como acaba de fazer o Amazonas, um exemplo que merece ser imitado, porque exprime sacrifício e o propósito decidido de colaborar na construção definitiva da estatística brasileira.



No plano municipal, como fato marcante, vem em primeiro lugar o enriquecimento do quadro dos órgãos autônomos de estatística das metrópoles brasileiras, como centros destinados a uma atuação técnica muito mais profunda em virtude, a um só tempo, do seu menor âmbito de ação, dos seus mais amplos recursos e da maior receptividade do meio a pesquisas mais rigorosas e mais desenvolvidas.

Dêses laboratórios de pronunciada especialização, de cujas experiências e trabalhos tanto deve esperar a geografia humana, a economia e a sociologia brasileiras, só existia, ao criar-se o Instituto, o Departamento de Cultura (Secção de Estatística e Documentação) da cidade de São Paulo, a que logo depois da Convenção de 11 de agosto se juntou, ressurgindo do seu passado glorioso, a repartição de estatística do Distrito Federal. Depois vieram outras, em graus variáveis de autonomia e de recursos. Merecem citadas as de Maceló, Salvador, João Pessoa, Niterói, Manaus e, por fim, a de Recife, que se está aparelhando promissoramente sob a chefia de um experimentado batalhador da estatística pernambucana, Sousa Barros, a quem o Instituto já devia reconhecimento pela dedicada e compreensiva atuação em prol de várias das nossas campanhas. Solidarizem-se com êsse movimento Belo Horizonte e Porto Alegre, e não tardará o momento auspicioso em que as 22 metrópoles brasileiras, ou sejam os nossos centros demográficos e políticos mais importantes, estarão dotadas de perfeitos serviços estatísticos.

Acompanhando essa evolução vemos Mato Grosso, por uma Convenção dos Prefeitos sob a presidência de S. Excia. o Interventor Federal, determinar que nas sedes municipais mais populosas devem existir — não apenas agências, mas organizações melhor aparelhadas, isto é, secções ou divisões de estatística. Vemos ainda numerosos municípios de maiores possibilidades elevarem suas agências a repartições de estatística e publicidade. E vemos, mais, melhorar cada dia, em extensão e profundidade, a obra de investigação e cultura levada a efeito pela rede geral de centros municipais de estatística, controlados pelos Agentes Itinerantes, como sabiamente previu e determinou a Convenção de 1936. Porque aderem dia a dia a êsse movimento municípios retardatários, outros aperfeiçoam aos poucos sua incipiente organização de pesquisa social; enquanto os Estados promovem convenções inter-municipais de estatística, fazem cursos de especialização para os agentes comunais e mobilizam, de maneira cada vez mais eficiente, os inspetores ou agentes itinerantes.

De quanto é empolgante êsse movimento tivemos a experiência durante o congresso de agentes municipais fluminenses, cuja visita, acompanhados pela Junta Regional, à Junta Central do Conselho de Estatística, pôs assim em presença, pela primeira vez, e no mais elevado espírito de solidariedade e confraternização, os três planos em que se desenvolve a ação do Instituto — o federal, o estadual e o municipal.

Já havendo o Rio Grande do Sul resolvido de modo que se pode considerar definitivo, o problema dos agentes itinerantes e municipais, e se forem bem sucedidos, como esperamos, os esforços que a direção do Instituto emprega para obter que o acompanhem nesse benemérito propósito, dois ou três dos Estados de mais folgadas receitas — digamos, São Paulo, Minas e Baía, e o exemplo será contagioso e a nossa vitória em ponto tão transcendente e fundamental como é, sem dúvida, o da eficiência da rede dos órgãos informativos locais, estará integralmente assegurada.



Merece também assinalado o trabalho de orientação técnica e de cultura que os órgãos centrais e regionais do Conselho de Estatística veem realizando.

A Junta Central tem dado escrupuloso exemplo às suas co-irmãs das diferentes unidades da Federação. São sempre acontecimentos de marcada projeção cultural, técnica e social as reuniões que, com o seu concurso, esta presidência tem promovido, tais como a que homenageou os delegados ao 3.º Congresso de História Nacional e as em que temos recebido a visita de vários chefes dos Governos Regionais, ou a da direção do Conselho Federal de Economia e Finanças, do Serviço do Domínio da União e do Serviço Meteorológico, ou a da Comissão Nacional do Salário Mínimo.

Algumas das Juntas Regionais já teem acompanhado galhardamente êsse movimento de tão larga eficácia na formação da mentalidade e do ambiente favoráveis à obra do Instituto. Mas podemos e devemos esperar que a totalidade delas, ciosas da sua elevada missão coordenadora, não só realizem com regularidade suas sessões quinzenais, mas se empenhem também nessa atuação incentivadora da cultura especializada no terreno estatístico e da mútua compreensão e solidariedade entre as várias forças sociais que podem colaborar nas atividades do Instituto, pois só assim êste obterá o clima e o prestígio para o lançamento e a vitória das grandes campanhas que lhe cumpre liderar.



O Curso de Informações que realizamos em julho do ano passado, vai repetir-se agora, aos cuidados de mestres não menos provetos que os conferencistas de 1938. São eles: o economista e estatístico, de renome mundial, Prof. Giorgio Mortara, hoje dedicadamente ao serviço do nosso Instituto e cuja colaboração no preparo do censo de 1940 os nossos técnicos não se teem cansado de enaltecer e admirar; o dr. André Braga, também um dos especialistas do Serviço Censitário; e o Padre Hélder Câmara, técnico de Educação, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ao primeiro deles, aliás, o Prof. Mortara, devemos não somente o respeito a que faz jus seu valor como cientista, mas também a nossa gratidão pela generosa oferta da sua biblioteca ao Instituto, tornando-nos possuidores de mais de 12 mil volumes, que formam o maior centro bibliográfico brasileiro de rigorosa especialização técnica, informativa e científica no domínio da estatística.

Por outro lado, o Curso Teórico-Prático de Estatística, ora organizado de maneira sistemática, e prelecionado por dois experientados profissionais, os professores Alexander de Moraes e Brandão Maldonado, constitue, como tereis ocasião de verificar, uma realização de largos resultados assim no aperfeiçoamento técnico do funcionalismo de estatística, como no estabelecimento de relações de mútuo conhecimento e confraternização entre os diferentes quadros profissionais que, distribuídos por todo o país, colaboram no levantamento da estatística nacional.

Ainda sob o ponto de vista da atuação cultural do Instituto, não deixemos de assinalar a larga obra publicitária, — além da que é feita pelo noticiário e pelos comunicados de imprensa, — que temos realizado, primeiramente, pelo Anuário Estatístico do Brasil e suas 23 Sinopses, cujo terceiro número, preparado pelo Instituto, já está prestes a aparecer, e ainda através publicações especiais — boletins, anuários sobre assuntos particularizados, revistas, etc., que veem divulgando em edições mimeografadas ou impressas, a Secretaria Geral do Instituto e os vários órgãos executivos do nosso sistema, já os da órbita federal, já os do sistema regional, já mesmo os do plano municipal. Registe-se particularmente a excelente e numerosa bibliografia doutrinária que está surgindo no país, ora sob os auspícios diretos do Instituto, ora inspirados ou propiciados pelo movimento de interesse que temos criado em nossos meios técnicos e culturais em relação aos assuntos de estatística, assegurando o necessário círculo de leitores para esse gênero de literatura científica.

Completando a resenha de tão fecundo esforço de cultura, registemos com o destaque merecido, o concurso que os órgãos do Instituto tem levado a numerosíssimos certames (congressos, exposições, conferências, missões culturais), bem assim a divulgação instrutiva e a propagação que os Departamentos de Estatística realizam com os mais eficazes resultados, apresentando nas suas sedes, dia a dia mais caprichosamente instaladas e organizadas, excelentes serviços de informações e bem ordenadas salas expositivas. Tão sugestiva tem sido essa obra, que um brilhante espírito de homem público, dirigente esclarecido de um próspero Estado, já me declarou o seu entusiasmo pela obra do seu governo em matéria de estatística sob a inspiração e com a colaboração direta do I. B. G. E. — passe a abreviatura que nos está popularizando — afirmando que no seu Departamento de Estatística tinha a "sala de visitas" da sua administração.

Mas não encerremos essa ordem de considerações sem aludir à participação do nosso Instituto, pela primeira vez, nos trabalhos de uma Assembléa Internacional de Estatística. Essa reunião foi a de Praga, realizada em setembro de 1938.

A cargo do Conselho Nacional de Estatística ficara a escolha da delegação brasileira. A Junta Central escolheu três figuras destacadas no nosso meio técnico, a saber: eng. Plínio Cantanhede, atuário e estatístico, presidente do Instituto dos Industriários, e os estatísticos engs. Jorge Kingston e Lauro Sodré Viveiros de Castro, respectivamente assistentes da Diretoria de Estatística da Produção e do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho. A nossa delegação, já pelo valor dos seus membros, já pelos elementos que levava para documentar as muitas realizações do Brasil no que respeita aos serviços estatísticos, estava em condições de nos assegurar uma atuação brilhante no Congresso de Praga. Os contencimento internacionais, que todos conheceis, motivaram o encerramento antecipado da Assembléa, o que pouco mais permitiu aos nossos representantes do que recolher documentos sobre os trabalhos projetados para a reunião e distribuir as publicações e esquemas de que foram portadores.

Ainda assim o relatório dos delegados do Brasil foi bastante instrutivo e nele se comprova a agradável impressão que nos vários círculos da Assembléa causaram os fatos que caracterizam o desenvolvimento da estatística brasileira depois da criação do Instituto.



Estendamos agora, meus senhores, uma visada rápida sobre a parte técnica dos nossos trabalhos, relacionados com os levantamentos da estatística brasileira.

Como sabeis, esse trabalho se distribue pelos três planos administrativos da República: o federal, o estadual e o municipal. E numa grande parte convergem nele as atividades dos órgãos estatísticos dos municípios, dos Estados e da União, cuja harmonia o Instituto processa diferenciando as respectivas responsabilidades no decurso das diversas fainas.

Temos motivos de regozijo no vulto e na significação dos resultados já conseguidos. E a melhor prova disso se encontrará nos volumes do Anuário Estatístico do Brasil para 1938 e nas suas 23 separatas, trabalho esse já em adiantado preparo. Mas como devemos confessar nossas deficiências no mesmo espírito de sinceridade que anima o reconhecimento das nossas realizações, é-nos foroso consignar que ainda estamos longe de uma situação normal no que respeita à coleta, à crítica e à apuração das estatísticas que devem ser necessariamente obra cooperativa dos três planos das nossas atividades.

Ainda é insuficiente, em primeiro lugar, a atuação das Agências municipais de estatística. Os titulares dessas Agências precisam ser selecionados segundo um nível de cultura bem superior ao que em regra se verifica atualmente. Mas para isso é mister obviamente que também seja melhorado o seu padrão de vencimentos. Não resolve nosso problema o recurso, adotado por alguns Estados, de se constituírem agentes de estatística ora os seus próprios prefeitos, ora os secretários ou funcionários outros das Prefeituras Municipais. Porque as Agências de Estatística devem ficar a cargo de funcionários privativos, trabalhando em tempo integral e com adequada remuneração. Nada impedindo, porém, seja dito de passagem, o aproveitamento da atividade dos Agentes no serviço de propagação, informações e publicidade do Governo municipal, pois que isso constitue objetivo normal daqueles órgãos do Instituto.

Só por meio dessas providências teremos a coleta municipal feita no devido tempo e em condições satisfatórias, sem as grandes lacunas e as incoerências que tanto prejudicaram a coleta de 1938.

Por outro lado, os departamentos regionais carecem de especializar seu funcionalismo na crítica dos formulários recebidos dos municípios e movimentar livremente, como está previsto na Convenção de Estatística, os corpos de agentes itinerantes, verdadeiros instrutores dos agentes municipais, e revisores dos respectivos serviços. Sem uma e outra dessas providências os resultados das nossas campanhas não atingirão seus objetivos nem compensarão os sacrifícios a que o Governo Federal se dispôs ao instituí-las, premiando os agentes e subvencionando os departamentos regionais.



Finalmente, não devem as repartições federais descuidar sua missão educativa e orientadora, sob pretexto de que o material recebido dos Estados, por mal criticado e revisto, seja inaproveitável. Imperioso é que se empenhem antes em mostrar meticulosa e pacientemente os de-

feitos que carecerem de remédio, melhorando, por uma crítica e revisão minudentes, os informes recolhidos, e aproveitando-os sempre, malgrado as informações acaso insanáveis, mediante prudentes ressalvas e os recursos supletivos ou de apuração parcial, que a boa técnica oferece.

Assim, pois, façamos votos por que, prevenidos por estas palavras de franqueza e confiança do vosso Presidente, e animados pelas muitas e esplêndidas vitórias já conseguidas, possais incluir em breve no rol das realizações do Instituto, a da perfeita eficiência das coletas anuais que fornecem a matéria prima para as nossas elaborações.

Para que assim aconteça, veem esta presidência e a Junta Central empregando os melhores esforços, mantendo estreito contacto com os órgãos regionais do Instituto e sugerindo ou encaminhando as medidas necessárias. Para facilitar esse trabalho de progressivo ajustamento das várias peças do sistema aos seus objetivos, valemo-nos, em primeiro lugar, do cordial encontro e da grata convivência desta Assembléa Geral.

Mas utilizamos ainda, além do curso dos estagiários, já aludido, as visitas de um nosso técnico às repartições regionais e a designação de funcionários especializados à disposição dos Governos dos Estados para o fim de, ora como diretores em comissão, ora como assistentes, auxiliarem durante algum tempo a reorganização dos serviços que nos solicitam esse modo particular de colaboração, sem dúvida um dos mais felizes e eficientes recursos postos ao nosso alcance pela Convenção de 1936.

Como nosso Delegado Geral tem prestado excelentes serviços, — que, aliás, tendes podido apreciar tão bem quanto esta presidência — o estatístico Rúbem Gueiros. Sua atuação tem sido não somente prudente, hábil e dedicada, mas ainda de notável significação técnica, como se pode ver através das leis e regulamentos de sua autoria, a que devemos a adiantada organização de que já desfrutam presentemente numerosos dos nossos sistemas regionais. Na qualidade de delegados especiais, estão em proveitosa atividade, prestando seu concurso a vários departamentos, os senhores: João de Mesquita Lara, como diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Acre; Adelino Vasconcelos, que exerceu primeiramente a comissão de diretor do Departamento de Estatística Geral de Goiás e serve como assistente e eventual diretor do Departamento do Ceará; Manoel Martins Junior, como assistente do Departamento do Rio Grande do Norte; Eduardo de Almeida Barbosa, como diretor do Departamento de Sergipe; Antônio Paulino Limpo Teixeira de Freitas, ora terminando a sua comissão à testa da Secção de organização do Departamento da Bahia; Marcelo Aroucha, que concluiu a contento do respectivo Governo a reorganização do Departamento do Paraná; José do Carmo Flores, como diretor do Departamento de Estatística e Publicidade, e Fais Barreto, como reorganizador do serviço de estatística educacional, ambos em Santa Catarina; Pedro Barreto Falcão, como diretor geral de Estatística no Rio Grande do Sul; Eduardo José Gonçalves, como organizador e assistente da Diretoria de Estatística e Publicidade de Mato Grosso; José Mário Cunha, como reorganizador das estatísticas educacionais e culturais de Minas Gerais.

## V — CONCLUSÃO

Eis, meus senhores, o breve e singelo relato que vos devia o vosso Presidente.

Aí estão os fatos que exprimem as realizações do aparelho incomparável de pesquisa estatística e geográfica que o Governo da República colocou sob a orientação das vossas vistas esclarecidas e do vosso patriotismo.

E aí estão, também, sucintamente enumerados, os novos objetivos a atingir, que reclamam vossas providências e a mais desvelada atenção.

No exposto encontraréis por certo motivos para um erguer de corações, pela certeza de que o nosso Instituto conseguiu cumprir galhardamente a sua missão no ano decorrido.

Mas sentireis ao mesmo tempo o peso de uma enorme responsabilidade: a de manter a instituição em plena eficiência no decurso dos árduos labores que vai enfrentar em a nova campanha a que neste momento ela se lança.

O vosso Presidente está tranqüillo, porque confia em vós. E confia em vós porque sabe o que pode esperar dos vossos altos predicados intelectuais e morais. Mas sobretudo porque já lhe ficou a certeza de que, movidos por um nobre idealismo, vos revelareis sempre dignos colaboradores da grande obra de "boa vontade" que é esta "Casa do Brasil".

Sim, meus senhores. Havelis sido integralmente "homens de boa vontade" e por isso estareis à altura da grande missão administrativa, cívica, cultural e política que o Brasil vos confiou.

Como homens de boa vontade não vos temeis das dificuldades, não desanimais ante as incompreensões; não receais os pequenos fracassos; não vos deixeis levar pela vaidade, nem pelos impulsos de melindres incompatíveis com os interesses da nossa causa, que reclama grandeza de alma e espírito de sacrifício; nem fareis de natural diversificação das vossas idéias, — que são riqueza do sistema, — o antagonismo dos esforços. Antagonismo que importa na condenação irrevogável da obra dos que não sabem compreender, transigir, cooperar, ou mesmo, sendo preciso, esquecer e perdoar.

Continuai, assim, senhores delegados. Isto vos pede, isto espera de vós o Brasil que estais corajosamente ajudando a construir. Velai pela intangibilidade desse espírito de cooperação, desse espírito de serviço, desse espírito de união nacional. Sem ele, o vosso esforço resultaria vão, e dele amanhã só restariam desoladas ruínas. Com ele, a vossa tarefa continuará gloriosa, fecunda, cheia de beleza. Porque a beleza, a fecundidade e a glória só existem e só subsistem nos climas em que reina a harmonia, o sentimento de comunidade e a cooperação.

Que esse espírito, que é agora o vosso, seja perenemente, a bem do Brasil, a própria alma da nossa bela instituição.

Esses os votos cuja realização nos será a maior alegria.

E para encerrar condignamente, senhores Delegados, a expressiva solenidade em que iniciamos os trabalhos da 3.<sup>a</sup> reunião ordinária desta Assembléa Geral, recordando a obra magnífica de brasilidade levada a efeito pelo imponente sistema de cooperação inter-governamental que dirigis, exprimamos o nosso reconhecimento cívico e as homenagens do nosso patriotismo ao bera inspirado fundador deste Instituto, ao estadista esclarecido que desveladamente, num interesse nunca esmorecido, tem acompanhado todas as nossas lutas, pondo a sua eminente autoridade a serviço da nossa causa, para afastar-nos as dificuldades, para prestigiar-nos as iniciativas, para assegurar-nos, numa palavra, não apenas os meios materiais, mas sobretudo as forças morais sem as quais não seria viável no Brasil uma campanha como esta que estamos vitoriosamente realizando.

De pé, meus senhores, e numa vibrante salva de palmas, exaltemos, mais uma vez, o admirável pensamento político, de unidade e consciência nacional, que o Presidente Getúlio Vargas concretizou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.